

PARENTALIDADE E TRANSMISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE: O DILEMA ENTRE LIBERDADE X AUTONOMIA

Lia Silva Fonteles Serra
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
liafonteles@gmail.com

Receber uma criança no mundo e educá-la requer de nós adultos, sujeitos constituídos e mais experientes quanto aos impasses da vida, uma inclinação a esta tarefa. Requer que nossa dívida simbólica nos coloque em posição de implicação com as novas gerações. O exercício de maternar e paternar se ergue a partir do nosso próprio encontro com o mundo e com os nossos filhos. Esta tarefa está sempre ancorada na transmissão. Nesse sentido, ao refletirmos a respeito do nosso tempo, nos colocamos a pensar sobre a operação da transmissão parental na contemporaneidade.

Pensar em parentalidade, transmissão e contemporaneidade requer escutarmos nosso tempo. Lacan, por volta dos anos 1970, após formalizar sua teoria dos discursos no seminário XVII, nos disse de um quinto discurso chamado de discurso do capitalista. A partir da noção de discurso, ele nos põe a pensar que as posições que assumimos no laço social se referem a certas relações estáveis a partir das quais nos colocamos no mundo pela linguagem. Nesse sentido, se tomarmos a composição do projeto neoliberal que vem inundando nossa cultura mais fortemente nos últimos 50 anos, veremos que faz parte deste projeto muito mais que uma mera teoria econômica, mas “uma matriz de produção de discursos que atravessa diferentes dimensões da cultura” (SILVA et al., 2020). É sobre isso que Lacan se refere ao escutar o discurso do capitalista. Nesse contexto, falar de parentalidade nos nossos dias impreterivelmente nos leva a capturar a incidência desse discurso na transmissão.

Para pensarmos nos efeitos dessa incidência, tomaremos para nossa discussão a confusão que opera atualmente entre as noções de autonomia e liberdade, confusão esta que promove uma queda na autoridade parental nos moldes como já apontava Arendt nos anos 1950.

É comum observamos atualmente entre os pais de crianças e adolescentes um discurso que confunde autonomia – enquanto possibilidade de um sujeito pensar e agir sem que dependa da presença de outro para lhe dar suporte, ou se quisermos, a partir de uma ética e um estilo próprios, o que diz respeito ao desejo – com liberdade – no sentido de um liberalismo, uma liberação em relação à coerção por um poder.

Assim, a partir do uso do termo autonomia, propósito de qualquer educação, os pais contemporâneos lançam mão da ideia de liberdade, ou seja, da não submissão a um poder, aplacados pela cultura que tem como estratégia de desvinculação entre os sujeitos, cujo lema “Cada um por si, Deus por todos”, cabe perfeitamente. Essa liberdade, assim, funciona mais para uma liberação da criança em relação ao adulto que para sua autonomia.

Segundo Miniccelli (2016, p. 194),

[...] o mercado de consumo livre requer uma infância emancipada de qualquer advertência sobre os interesses espúrios que têm aqueles que buscam usufruir com corpos e almas infantis. Requer ser livre de toda restrição de transmissão intergeracional de cuidado. Requer das novas gerações serem a-históricas e atemporais. Emancipadas de toda filiação e genealogia, caem livres de toda autoridade e sujeição.

Nesse sentido, uma educação que trabalha para a emancipação das crianças em relação aos adultos, acaba por dificultar as possibilidades de alguma autonomia, uma vez que livres do laço com os adultos, estas caem, também, livres de qualquer autoridade. Porém, sabemos que “a autoridade, em geral, não se contrapõe à autonomia do sujeito, mas é, antes, seu pré-requisito” (CARVALHO, 2015, p. 978). Para que um sujeito venha a ser autônomo, objetivo de qualquer educação, é necessário que antes tenha experienciado alguma relação de autoridade, uma relação assimétrica, mediada pelo respeito.

Ao tomar como análogo o que é da ordem do poder e o que é da ordem da autoridade, o discurso que tem por base um projeto neoliberal constitui-se na crença de uma incompatibilidade entre autoridade e autonomia do sujeito. Nessa crença, constrói uma repulsa a qualquer relação de poder que possa se estabelecer no âmbito educacional em nome da autonomia das crianças, porém, o que esse discurso acaba por promover, paralelamente, é a extinção da autoridade. Isso porque tem por base a individualização, ou seja, a desvinculação do sujeito de um outro, seu desengate.

Arendt (2011, p. 79), em 1954, já nos chamava atenção quanto ao fato de aspectos políticos adentrarem esferas pré-políticas, gerando dilemas quanto a questões fundamentais da vida humana, como a autoridade:

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros.

Contudo, a autora reconhece que “essa forma de autoridade serviu, através de toda a história do pensamento político, como modelo para uma grande variedade de formas autoritárias de governo”, uma vez que “visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência” (ARENDDT, 2011, p. 78). Entretanto, é importante termos em vista que a autoridade não se constrói nem pela força, nem pela igualdade, uma vez que ela

[...] é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos (ARENDDT, 2011, p. 79).

É a partir desse ponto de vista que nos colocamos a pensar que o dilema entre autonomia e liberdade guarda relação com a tênue diferença entre poder e autoridade. Nesse sentido, o problema repousa em visar autonomia quando se aspira por liberdade e em, portanto, deixar adentrar na esfera pré-política aquilo que é do mundo político.

É nesse mesmo interesse que o ideal de uma democracia política, característico do nosso tempo, adentra o exercício da parentalidade. Nossa dívida quanto às relações autoritárias acaba por levantar o ideal de que, pela via da democratização das relações, podemos conduzir uma educação sem constrangimentos, sem diferenças, criando a ilusão de que tudo o que seja vivido pelos mais jovens seja resultado de sua iniciativa autônoma: *cada um decide por si, todos têm direito a fazer suas próprias escolhas, igualdade para todos...* ideias presentes em enunciados como “Só quero que você seja feliz com suas próprias escolhas, meu filho!”.

É nesse sentido que esse ideal democrático é alimentado pelo discurso capitalista, pois, pela via da democratização das relações, se nos livramos, por um lado, de relações autoritárias, por outro nos deparamos com adultos destituídos da função educativa, gerando o efeito de que as novas gerações, por serem logicamente impossibilitadas de se constituir fora de uma relação de autoridade, passem a ser tuteladas pela ciência (pelo remédio, pelo protocolo, pelo especialista etc.), o que implica na mercantilização de seus corpos, uma vez que a ciência hoje funciona sob ditames do mercado.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Sérgio. Autoridade e educação: o desafio em face do ocaso da tradição. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 975-993, out./dez. 2015.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Coleção Debates).

MINICCELLI, Mercedes. Infância e direitos em tempos de exposição e consumo: infância emancipada? *In*: VOLTOLINI, Rinaldo (Org.). **Crianças Públicas**: adultos privados. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016. p. 193-204.

SILVA et al. **Matrizes Psicológicas da Episteme Neoliberal: a análise do conceito de liberdade**. *In*: Neoliberalismo como Gestão do Sofrimento Psíquico / Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior, Christian Dunker (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.